

# **A criação de conhecimento na investigação com histórias de vida: relato de uma vivência**

Fátima Pereira e Analia Leite

A sessão foi dinamizada por Fernando Hernandez que se fundamentou na leitura de 12 comunicações para estimular um debate em torno de questões emergentes da sua análise que contribuíssem para a produção de conhecimento partilhado sobre o tema em foco.

“De que conhecimento falamos, quando dizemos que uma pesquisa gera conhecimento?” foi a pergunta com que se iniciou a abordagem e que nos encaminhou para a questão epistemológica fundamental que se coloca quando argumentamos sobre a cientificidade da pesquisa em ou com histórias de vida. Situávamo-nos, por isso, no cerne da tradicional dicotomização da abordagem metodológica entre metodologias «sagradas» e metodologias «profanas», i.e. as metodologias orientadas por uma racionalidade hipotético-dedutiva, objetivista e com intencionalidade nomotética, de generalização ou de proposição, e as metodologias imbuídas de lógicas interpretativas e sensíveis ao particular que a racionalidade hegemónica tende a não considerar como «verdadeira» investigação científica.

Para o debate que importa desenvolver, a dicotomização não se evidencia como a forma mais construtiva de produzir argumentações que favoreçam a legitimação da cientificidade da investigação com histórias de vida. A teoria do ator rede de Bruno Latour constitui uma referência bem mais pertinente e heurística para o debate e Fernando Hernandez realçou que “(...) quando queremos produzir conhecimento nos encontramos numa tessitura que pretende romper com dualidades – fora/dentro; teoria/prática; sujeito/objeto (...)”. A teoria do ator rede situa-nos no paradigma da complexidade e das relações de mediação e de tradução entre diferentes fenómenos, conhecimentos, tecnologias e atores sociais que, com carácter de «filigrana», tecem conexões que «fabricam» o mundo social. “Não pensar apenas no que se passa, mas no que se nos passa” (Fernando Hernandez) coloca o investigador nas tramas da rede. Clarificava-se, então, que o debate não pode ficar cativo da referencialização a uma epistemologia normativa, apelando-se a uma epistemologia da controvérsia, da mediação e da tradução para referencializar a discussão. O debate sobre a criação de conhecimento na investigação com histórias de vida insere-se no debate mais geral sobre a investigação narrativa que, enquanto dinâmica de pesquisa «outra», não pode ser compreendida e definida em termos de oposição a uma epistemologia normativa, devendo gerar os seus próprios termos.

As conceções e racionalidades que têm marcado e hegemonzado a produção científica, de um modo geral, e nas Ciências Sociais e Humanas, em particular, induzem a uma simplificação do fenómeno científico. As novas racionalidades e metodologias do que se tem designado por «emergência do sujeito» colocam novos

dilemas e desafios à cientificidade e fazem emergir tensões nas dinâmicas da pesquisa que inserem o investigador numa lógica compósita em que ele é parte fundamental da praxeologia da produção do objeto científico. Como referiu Fernando Hernandez, “Todo o conhecimento está impregnado de desejo (...) desejo de descobrir o outro, desejo de me encontrar com o outro, mas também de me descobrir e encontrar a mim próprio (...) e esse desejo afeta o conhecimento”. A investigação narrativa processa-se numa relação epistémica que gera dinâmicas de interação suscetíveis de provocar uma profunda tensão ética e instituir relações de poder. A vigilância epistemológica sobre o tipo de conhecimento que se produz e o seu impacto é parte essencial da dimensão axiológica que, na investigação narrativa, se coloca de forma particularmente relevante.

A investigação narrativa gera-se em contexto de aplicação e na relação entre o investigador e o sujeito que (se) narra, mas o conhecimento que legitima a cientificidade da abordagem narrativa só pode produzir-se em comunidades de partilha, como o caso da rede Histórias de Vida e Educação. Importa, ainda, ampliar o âmbito e sentido de conhecimento, considerando designadamente: o conhecimento experiencial, contextual, relacional, narrativo, reflexivo, pedagógico e grupal; dando conta de uma trama relacional de saberes, experiências e subjetividades.

A abordagem, na sessão, realçou ainda outras tensões que emergem da criação de conhecimento na investigação com histórias de vida: os desafios da transdisciplinaridade, o diálogo epistemológico entre diferentes comunidades de discurso, a afirmação na comunidade científica de um conhecimento divergente e a sua validação a partir de fundamentos epistemológicos não hegemónicos e alternativos. Falar de transdisciplinaridade, neste contexto, significa possibilitar (provocar) relações entre diversos saberes disciplinares sem que algum deles se evidencie como hegemónico.

A partir desta abordagem, iniciou-se o debate entre os participantes, sendo que a primeira discussão se desenvolveu em torno do papel e do sentido das comunidades discursivas na construção do conhecimento. Assim, realçou-se que as comunidades discursivas podem abrir, fechar, revelar, excluir ou impedir a visibilidade do conhecimento. Os discursos são configurações políticas, sociais e pessoais que configuram a realidade, são formas de ver a realidade. Nestas formas de ver a realidade, não podem excluir-se os modelos que a ciência legitima como válidos e que revelam as posições e relações de poder que sustentam e filtram os processos de construção de conhecimento. O nosso pensamento está impregnado de discursos, porque fazemos sempre parte de comunidades de discurso. Nesse sentido, o conhecimento não é ingénuo e a perspetiva narrativa constitui uma posição contra-hegemónica, pois não se pode desvincular a posição do investigador das formas de produção do conhecimento e das relações de poder. Os diversos profissionais constroem as suas identidades a partir das próprias disciplinas, e essas identidades têm associadas «etiquetas»: positivistas, construtivistas, condutistas, etc.; muitas vezes, contrariá-las significa sair fora do campo disciplinar.

O debate sobre as comunidades de discurso, e as relações de poder que implicam, suscitou a análise das relações entre o investigador e os sujeitos investigados. A

ideia de «dar a voz», que emergiu de uma das comunicações comentadas, provocou algumas interrogações a considerar nas perspetivas narrativas de investigação: quem dá a voz? Quem está autorizado a dar a voz? Qual é o papel do investigador nesse processo?

Se na investigação narrativa há uma construção partilhada de conhecimento, o papel do outro é vital. Importa por isso trabalhar a relação e esclarecer, no processo de construção do conhecimento, as contradições que se colocam na dinâmica da pesquisa entre as perspetivas positivistas e as perspetivas narrativas; contradições que obrigam a uma constante vigilância axiológica, nas relações desenvolvidas na construção de conhecimento, e epistemológica, na sua legitimação e validação. Daí que, o valor da palavra e os seus significados variam de acordo com os contextos de investigação e os posicionamentos dos investigadores. Outra questão, relativamente aos relatos produzidos a partir das investigações narrativas, desenvolveu-se em torno das fronteiras entre a ficção e a realidade que os caracterizam. Em alguns casos, observa-se uma espécie de visão romântica, o que leva a considerar as diversas formas existentes entre a análise dos relatos e as múltiplas mediações a que estes estão sujeitos; não esquecendo que os relatos são históricos e contingentes e que não se podem coisificar, pois como referimos, as palavras têm diferentes significados, de acordo com o contexto. Ao trabalhar com sujeitos, estes não podem excluir-se do processo de análise e de interpretação. Algumas das formas com que os investigadores trabalham os relatos passam, por exemplo, por apresentar o relato do sujeito e deixar em suspenso a interpretação, o que suscita dúvidas: os relatos falam por si mesmos, ou há que fazer algo com eles?

Os investigadores não têm que explicar o que o outro está explicando, mas sim procurar construir conhecimento com o outro. Suscitam-se, então, mais questões sobre a análise e interpretação dos relatos: há diferença entre o fundo e a forma? A tematização é necessária em todos os casos ou é uma decisão dos investigadores? O debate gerou-se, ainda, em volta da questão dos resultados e das expectativas na produção de conhecimento, surgindo algumas perguntas sobre se o que se produz confirma o que já sabemos, se isso nos condiciona e como compreendemos as inovações e as mudanças que se geram a partir das investigações, originando-se mais perguntas: o que se transforma? Quem se transforma? Que conhecimento se alcança com as histórias de vida? Como damos conta da transformação do investigador? Como trabalhar a tensão dentro-fora do processo de investigação e do papel do investigador?